



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

5 ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO 6 RIO PARAÍBA-CBH-PB

7 Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de 2015, na sala de reunião do Centro de Ação Cultural
8 - Centrac, situado na Rua Rodrigues Alves, 672, bairro da Prata, Campina Grande PB, às 9h00min,
9 realizou-se a 2ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-PB, com
10 as presenças dos membros constantes da lista anexa. Após checado o quorum o Sr. Ulysmar Curvelo
11 Cavalcanti, Presidente do CBH-PB, deu início a reunião com a leitura da pauta a ser tratada: 1.
12 Informes da Diretoria do CBH-PB; 2. Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CBH-PB;
13 3. Apresentação e aprovação da deliberação da Comissão Gestora dos Açudes da Bacia do Rio
14 Paraíba e retirada de comissão para implementação dos trabalhos de formação/renovação das
15 Comissões Gestoras; 4. Apresentação “Cobrança pelo Uso da Água Bruta: aspectos operacionais de
16 implementação no Estado da Paraíba” (Sra. Maria Betânia – Gerente Executiva de Cobrança da
17 AESA); 5. Palavra facultada; e 6. Encerramento. Informes da Diretoria do CBH-PB: a diretoria
18 informou que foi recebido pela AESA uma solicitação da promotora de Itabaiana para que o comitê
19 encaminhasse o plano de aplicação dos recursos da cobrança, e também o plano de bacia atualizado
20 e aprovado pelo comitê, a diretoria do comitê deu a seguinte resposta, que o comitê ainda não tem o
21 plano de aplicação dos recursos da cobrança, o plano de bacia é do ano de 2002, não está atualizado e
22 não foi aprovado pelo comitê e a questão da cobrança, a diretoria do comitê colocou que iria fazer o
23 estudo para o comitê no primeiro semestre de 2016. Foi sugerido que retirasse nesta reunião uma
24 comissão que vai acompanhar essa questão da formatação do plano de aplicação juntamente com a
25 agência, que é o apoio técnico do comitê. 2. Aprovação da ata da 3ª Reunião Extraordinária do
26 CBH-PB, o Sr. Ulysmar Curvelo Cavalcanti (Presidente do CBH-PB) perguntou se seria necessário
27 fazer a leitura da ata, ou só a aprovação, como foi enviada com antecedência para todos os
28 membros, quanto a questão da ata, foram feitas algumas indagações, sobre as solicitações feitas na
29 reunião anterior, e perguntaram sobre a situação desses encaminhamentos. O Sr. Ulysmar Curvelo
30 Cavalcanti (Presidente) o que ainda não foi feito, a diretoria vai encaminhar e submeteu a ata ao
31 plenário que foi aprovada por todos. O comitê ficou de solicitar a análise de água do açude
32 Bodocongó para saber se é possível ser utilizado para construção civil. Já era para ter esse resultado,
33 mas já que não foi feito, não precisa ter outra reunião só para isso. Então, a diretoria manda o ofício
34 solicitando essas informações a cagepa e envia o ofício com o número de protocolo da entrega do
35 ofício a cagepa por e-mail para todos os membros do CBH-PB, o resultado é posterior e independe
36 do comitê. Foi colocado que é complicado a questão da qualidade da água para construção civil, tem
37 que ver a quantidade de materiais orgânicos e que o comitê solicite o plano de amostragem da água
38 do Açude Epitácio Pessoa todo mês em função das condições da entrada do açude no volume morto.
39 O comitê solicitou que a CAGEPA informe regularmente como esta sendo a qualidade da água, a
40 partir de agora. Outra questão, que é importante o comitê solicitar também a CAGEPA, não se sabe
41 o que vai vim daquela água, caso seja detectada a presença de cianobactéria, se a CAGEPA já tem
42 um plano de tratamento dessa água, e se a CAGEPA já teve plano de tratamento dessa água, e qual é
43 esse plano, a CAGEPA aqui tem que trabalhar com a perspectiva de presença de cianobactéria. Essa
44 medida que o comitê vai tomar é de precaução e o comitê pode sugerir a CAGEPA que tome esse
45 tipo de medida, inclusive nesse ofício já podia incluir todas essas questões. 3. Apresentação da
46 deliberação da Comissão dos Açudes da Bacia do rio Paraíba. Essa deliberação já foi discutida acho
47 que há três reuniões anteriores que foi definida uma comissão para elaboração da deliberação,
48 composta pelo Sr. Fábio Cidrin (AES A), Sr. Aristarco Dias (EMATER), Sr. João Paulo (CREA) e

49 Sra. Maria de Lourdes (DNOCS) foi elaborado a minuta no prazo estipulado para a comissão e foi
50 passado para a diretoria colegiada do Comitê, por sua vez foi enviada a todos os 60 membros e foi
51 marcada uma reunião extraordinária, onde houve a apresentação e o plenário solicitou que desse
52 mais uma chance para que todos lessem e pudessem colaborar. Só que foi dito que na próxima
53 reunião seria definitivo, porque temos o açude precisando desse monitoramento, todo mundo está
54 reclamando e o comitê não pode ficar protelando isso, quem quis ler já leu e agora acho que se deve
55 aprovar, se ninguém tem nada contra aprovar a deliberação, quem quiser pode acrescentar agora e
56 aprovar, após a aprovação tirar uma comissão que vai fazer todo o planejamento para a partir daí
57 definir a metodologia a ser aplicada e partir para o planejamento, e depois submeter o planejamento
58 a apreciação do plenário. Então, vai ter prazo, as prioridades e o plenário que vai deliberar se
59 concordar. Diante dessa estrutura as condições de escolha desse açude, a Agência Nacional de
60 Águas - ANA promoveu um curso sobre Alocação de Água e teve membros aqui do comitê que
61 participaram do curso, a comissão gestora dos açudes é uma das instâncias onde se discutem
62 alocação de água nos reservatórios, nesse sentido é todo um trabalho que é feito a partir da
63 instalação dessas comissões e o trabalho de definir os estados hidrológicos do mamancial e a partir
64 desses estados hidrológicos tirar por consenso essa alocação de água e como atenderia em uma
65 mudança de estado, um exemplo, no estado de 100%, o reservatório sangrando, de 100% a 80% é o
66 estado que todos os usos serão aprovados pelo comitê e poderão usar 100% quando o açude começar
67 a ficar com 50% ele já entra em situação de alerta, nessa situação de alerta, já começa a ter restrições
68 de usos. Isso é todo um processo dentro do sistema que começa com alocação de água, com a
69 formação da comissão, órgão gestor, a ANA no caso do açude Epitácio Pessoa, a AESA, no caso do
70 Açude Acauã vai colocar quais os volumes dessas curvas (índice de curvas) e o estado hidrológico,
71 os usos que tem no manancial, usos prioritários, chegou em estágio crítico, como no caso de
72 Campina Grande, o estágio hidrológico não dá 100%, que já está em racionamento. Então é todo
73 esse caminho que vamos ter que percorrer, o comitê vai ter que decidir quais serão os açudes
74 prioritários da bacia, para traçarmos o planejamento para envolver as comissões. Foi esclarecido que
75 a comissão não é a parte do comitê, tem o objetivo de olhar os problemas mais de perto, mais
76 próximos da realidade, uma visão mais local, a AESA vai chegar e apresentar ao comitê o estado
77 hidrológico, vamos falar nossa proposta é que os usos sejam assim, atenda aos seguintes usos,
78 agricultura, nesse estado de 100%, no estado de alerta diminui 50%, não vai ter irrigação,
79 piscicultura, tem que ser restringidos alguns usos. Isso é apresentando ao comitê, ele aprova e é
80 deliberado pela comissão, essa decisão vai ser do comitê. A alocação de água é feita na comissão, no
81 caso do nosso comitê nós temos açudes e trechos de rios perenizados. É necessário saber gerenciar
82 esses recursos, saber os usos que estão ocorrendo em alguns trechos. Toda vez que vai fazer
83 alocação de água, a agência faz a parte técnica, faz o levantamento dos usuários de água no trecho
84 determinado, para a partir desse levantamento fazer as simulações para saber até quando e diante da
85 demanda dos usos a água pode atender. A Agência Nacional das Águas - ANA fez uma
86 metodologia, que quando o reservatório estiver de 100% a 80%, é liberado todos usos, de 80% a
87 50%, alguns usos já são restringidos, de 50% para baixo, só usos prioritários e dependendo do nível
88 até o uso prioritário começa a ter racionamento e quando a alocação é junto a comunidade, eles
89 participam do processo de decisão, porque trabalhar com semiárido é sempre um risco, e ainda mais
90 sem conhecer a realidade. Por isso a importância da comissão gestora, porque se presume que as
91 pessoas da localidade conhecem mais a realidade, seja da Barragens de Acauã, Araçagi, Epitácio
92 Pessoa, também é necessário compor a comissão com os usuários, sociedade civil, poder público,
93 porque muitas vezes os usuários só quer usar e a sociedade civil, por exemplo, diz eles usam, mas
94 esses usos comprometem o açude, por isso a importância de ouvir todos os segmentos, para que
95 realmente busque se submeter as regras acordadas por todos, não é uma coisa muito fácil de fazer,
96 mas a prática vai mostrando. Foi feita a leitura da minuta da deliberação. Colocaram que na época
97 que receberam a minuta da deliberação por e-mail, concordaram, mas hoje colocaram uma ressalva,

98 depois do problema de Itabaiana, essa comissão que tem 40% de membros representantes dos
99 usuários, 40 % representantes da sociedade civil e 20% representantes do poder público, o interesse
100 do usuário já sai vencedor, que a comissão seja pelo menos paritária. Responderam que seguiram a
101 lei, que ela já determina a composição da comissão. Explicaram que quando é feita a alocação da
102 água, já é reservado o uso prioritário. Acrescentaram que as comissões gestoras não exclui a
103 hegemonia do comitê, para as coisas que não tiverem consenso na comissão passa para o âmbito do
104 comitê. Isso até os usuários descobriram que são maioria também no comitê. Ainda colocaram que
105 quando foi reformulado o regimento interno do comitê colocaram essa questão da quantidade de
106 representantes por segmento e questionaram qual é a competência do comitê em criar as comissões
107 gestoras. Responderam que tem no nosso regimento em competências. As comissões gestoras
108 funcionam muito bem onde tem conflito, onde não tem conflito não precisa, aqui na bacia do rio
109 Paraíba está tendo conflito nos Açudes Acauã e Epitácio Pessoa. Foi questionado que depois que a
110 comissão for criada ela vai ser submissa a essa deliberação. Foi dado o exemplo do DNOCS quando
111 ele começou a formar as comissões, ele percebeu que precisava legitimá-las e o diretor geral fazia
112 uma portaria, aqui é a deliberação. Essa deliberação é exclusivamente para o comitê da bacia do rio
113 Paraíba. A diretoria do CBH-PB submeteu a deliberação ao plenário, que foi aprovada. Consta da
114 pauta formação da comissão para implementação, formação e renovação das comissões gestoras, o
115 comitê tem que formar comissão que vai estabelecer uma metodologia para essa regulamentação.
116 Foi explicado que a comissão vai fazer, como elaborar a metodologia, essa metodologia vai ser
117 submetida ao comitê para ser deliberado e receber as contribuições de todos e finalizar para começar
118 a implantação desse trabalho é importante também fazer um cronograma para ser submetido a nossa
119 agência de bacia que é AESA que é quem vai financiar esse trabalho. Para ser feito a comissão
120 gestora do açude Epitácio Pessoa, tem que ser feito um estudo, sobre a área de influencia desse
121 açude, situação, toda parte de hidrologia e depois ser feita a mobilização de pessoas para que
122 participem, vão haver reuniões nas instâncias de influência dessa bacia, porque esta parte vai ser
123 feita para que as pessoas se sintam parte, fazer um diagnóstico local, aplicar questionário para saber
124 o que as pessoas acham do açude, o que viu depois disso faz um resumo, sistematizar as
125 informações colhidas e apresentar no plenária. A comissão ficou assim composta: Sr. Aristarco Dias
126 de Araújo Filho – EMATER; Sr. Fábio Cidrin Gama – AESA; Sr. Kristeny Leite Chaves - Prefeitura
127 Municipal de Boqueirão; Sra. Maria de Lourdes Barbosa de Sousa – DNOCS; Sr. Ricardo Nóbrega
128 Pedrosa – UFCG; Sra. Maria Célia Araujo - Associação de Liderança e Organizações, Agricultores
129 e Agricultoras familiar do Cariri Paraibano e Sra. Maria Suzanete Cavalcante de Oliveira -
130 CAGEPA. 3. Apresentação “Cobrança pelo Uso da Água Bruta: aspectos operacionais de
131 implementação no Estado da Paraíba”. A Sra. Maria Betânia (Gerente Executiva de Cobrança da
132 AESA) começou sua apresentação informando que a cobrança foi iniciada em junho de 2015 e
133 colocou mais informações a título da Bacia do Rio Paraíba, falou um pouco sobre os aspectos
134 operacionais da implementação da cobrança no Estado, os objetivos da cobrança, as fases de
135 implementação, e que a Paraíba foi o segundo Estado do Nordeste a implantar a cobrança, foram
136 feitas visitas a COGERH, consultas a ANA, foi trabalhado todo o banco de dados das outorgas
137 válidas, dos usuários com volumes a partir de 200.000 m³, depois disso tudo foram realizadas
138 reuniões com os técnicos da AESA, da diretoria com o jurídico, resolvido todas as questões,
139 calculado entrou-se no consenso para enviar uma carta comunicado da cobrança e o boleto via
140 correio e também foi entregue em mãos. Ainda colocou que o decreto de nº 33.613, de 14 de
141 dezembro de 2012 que institui e regulamenta a cobrança, também falou os tipos de usos passíveis de
142 cobrança e o volume anual de 200.000 m³, o usuário que usar um volume inferior a esse não será
143 cobrado, se tiver mais de uma outorga na bacia, soma todas as outorgas dando 200.000 m³ ou mais
144 será cobrado. Colocou que a isenção são diferentes para as bacias do Litoral Norte, Litoral Sul e
145 Paraíba , as bacias dos Rios Gramame e Abiaí a isenção é maior que as dos dois outros comitês do
146 Estado, os CBH-Litoral Sul e CBH-Litoral Norte já estão começando a estudar a revisão do valor de

147 isenção, acredito que este comitê também vai discutir essa questão. O lançamento de efluentes é
148 calculado por metro cúbico no volume de diluição necessária, a partir do enquadramento que o
149 efluente será lançado. Só podemos cobrar as outorgas válidas, as outorgas que estão vencidas não
150 podemos cobrar de acordo com o decreto e as em andamento também não, só no momento em que
151 elas estão assinadas, quando são entregues aos usuários é que podemos cobrar. A cagepa também
152 que é nosso maior usuário entrou com processo administrativo solicitando umas informações com
153 outros usuários também. Esses valores são só estaduais, não entra os açudes e os rios federais,
154 inclusive, quem não participou da última reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos -
155 CERH, a AESA já está trabalhando essa questão com a ANA para ver se também implanta a
156 cobrança nas bacias federais, nos açudes federais que estão localizados em unidades estaduais de
157 recursos hídricos, por exemplo, aqui na bacia do rio Paraíba temos 24 açudes federais, nesses 24
158 açudes por enquanto a AESA não pode cobrar quem tem que cobrar é a ANA, já foi feito em
159 conjunto com a ANA, Rio de Janeiro que tem uma realidade bem parecida com a da Paraíba, uma
160 minuta de nota técnica e uma minuta de moção. Na verdade quem vai cobrar é a ANA, mas ela vai
161 repassar o recurso para a AESA, no caso a agência de bacia, já que está no âmbito do Estado e a
162 AESA não pode cobrar, porque é um recurso que faz parte da receita da ANA e você não pode
163 abdicar receita, o tribunal de contas vai em cima e a ANA tem que responder. A Sra. Maria Betânia
164 essa parte a AESA já está trabalhando para ser aprovado, porque para ter essa aprovação tem que
165 passar pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, foi encaminhado o material a tempo
166 para Câmara Técnica do CNRH, então vai ser analisado e agora é aguardar. Foi questionado se o
167 comitê vai ter mais algum papel em regulamentar a questão da cobrança em bacias federais, se o
168 comitê encaminhar ao conselho nacional pedindo também que seja implementado cobrança em
169 bacias federais reforça a decisão do Conselho Estadual é o Estado e o comitê pedindo para que essa
170 situação que não é isonômica, porque a cem metros da barragem cobram e não cobram dentro da
171 barragem. e a segunda maior captação da cagepa fica no açude Epitácio Pessoa e não entra no
172 cálculoda cobrança. O valor da Bacia do Gramame é bem mais alto porque a primeira captação da
173 CAGEPA fica nessa bacia. Foi questionado onde é esse lançamento de efluentes na bacia do rio
174 Paraíba, porque é muito sério lançar efluentes onde não tem água, senão vão acabar com nossos
175 açudes, porque no semiárido precisamos ter a consciencia de que não podemos lançar efluentes,
176 dejetos nos caminhos das nossas águas para não parar no nossos açudes, porque pode vir o rio São
177 Francisco que vier, não temos rio passando para diluir, lançar efluente é um crime. A Sra. Maria
178 Betânia (AESA) no baixo Paraíba, provavelmente no município de Santa Rita. Colocaram que os
179 municípios jogam vergonhosamente os efluentes dentro do rio, na cidade de Itabaiana mesmo, é
180 uma tristeza, não vai ser fácil, mas precisamos mudar essa realidade. Foi denunciado que depois da
181 Barragem de Acauã, existe toda uma demanda de criadores de peixe, que se instalou e hoje o
182 consumo de água é muito elevado, é perceptível, são bombas grandes, captando dentro do rio e
183 ninguém paga nada e tem um carcinicultor em Salgado de São Félix que a bomba de captação dele é
184 maior que a da cagepa de Itabaiana. Foi informado que o Fórum em Defesa do Rio Paraíba
185 participou de uma reunião e apresentaram a quantidade de esgotos lançados no açude Gramame,
186 inclusive uma grande quantidade de metais pesados, a água que está sendo consumida em João
187 Pessoa, as pessoas não tem consciência, imaginam que é a água mais limpa do mundo. Na hora da
188 concessão da outorga do carcinicultor deveria haver uma fiscalização rígida e quem não tivesse
189 tanque de decantação ou tratamento para reuso deveria ser cobrado como usuário e como emissor de
190 efluente, inclusive se formos nas mediações dos municípios de Pilar e São Miguel de Itaiú e Cruz do
191 Espírito Santo todos aqueles carcinicultores, tem até um que tem mais de 20 viveiros e não tem
192 nenhuma lagoa de decantação, toda água que é feita a despesca vai diretamente para dentro da calha
193 do rio Paraíba, isso ele e os demais, imagine o tipo de água que está indo para o rio Paraíba. A
194 AESA já verificou isso e muitas dessas áreas estão licenciadas pela SUDEMA como tendo lagoa de
195 decantação, a AESA está em campo todos os dias, mas por causa de uma doença chamada mancha

196 branca, eles têm usado a lagoa de decantação para por a água do rio, tratam essa água na lagoa de
197 decantação e joga essas águas para os viveiros e depois na despesca jogam a água fora que é uma
198 água que pode aumentar a contaminação. Então a doença está lá se desenvolvendo, porque a água
199 está com o princípio ativo da doença e jogam no rio, ou seja, não estão fazendo o que consta no
200 projeto, a água da despesca sai da lagoa de decantação e é jogada novamente nos viveiros. Então por
201 isso muitos carcinicultores dizem que devolve a água melhor, na verdade o sistema hoje por conta
202 da mancha branca não está funcionando. Foi questionado se essa mancha branca pode causar
203 problema para o homem. Causa prejuízo na produção, o camarão com a mancha branca não é uma
204 zoonose, não vai ocasionar nenhuma doença, o problema é que o aspecto do produto fica feio, o
205 camarão fica manchado, parece que ele está meio cozido e meio congelado. Essa água lançada no
206 leito do rio não vai trazer problema para o meio ambiente. O problema é ter no rio um camarão que
207 não é local, um camarão da malásia que pode está lá sobrevivendo no rio. Com as fiscalizações mais
208 efetiva, vão constatar que no projeto eles colocam a lagoa de decantação, porém na prática não
209 existe lagoa de decantação. Isso é competência da SUDEMA. Ficou definido que o comitê vai
210 oficiar a demanda a SUDEMA, para que faça uma visita in loco para ver a veracidade da informação
211 e tomar as devidas providências, com cópia para o Ministério Público de Itabaiana, que o comitê
212 teve a informação de que existe projetos que foram aprovados pela SUDEMA e que não estão
213 cumprindo as condicionantes, causando sérios danos ambientais, na região do Baixo paraíba
214 compreendendo os municípios de de salgado de São Félix até São Miguel de Itaipu. O ofícios deve
215 ser encaminhado com a ata desta reunião e a mesma não deve constar nomes apenas as
216 informações. Foi colocado que a SUDEMA não tem como fiscalizar o Estado inteiro, que precisa
217 exatamente disso, que o comitê se posicione, não tem como a sudema fiscalizar o Estado todo. Foi
218 colocado a importância de informar que o ofício está indo com cópia para o Ministério Público.
219 Questionaram sobre a questão de medidores para cobrança de água bruta. A Sra. Maria Betânia não
220 temos medidores, estamos cobrando pelo volume anual outorgado, mas já foi citado em reuniões, já
221 foi citado pela diretoria, agora para instalar os medidores tem que ter dinheiro e uma fiscalização
222 maior, porque o corpo técnico da aesa é muito pequeno. A Sra. Maria Betânia se todo mundo pagar
223 direito, vamos ter dinheiro para melhorar o sistema como um todo, mas os comitês de bacias vão
224 elencar as prioridades. Foi questionado como está o andamento da CAGEPA que é a maior
225 contribuidora e a maior arrecadadora, nós dos comitês já sabíamos que isso ia acontecer. A Sra.
226 Maria Betânia deram entrada no processo administrativo, solicitaram umas informações como
227 números de processos e várias outras informações, já respondemos e estamos aguardando o retorno.
228 O questionamento é que os usuários já começaram a pagar e o próprio governo não e quem vai
229 pagar não é a cagepa ,mas a população. 5. Palavra facultada. Foi discutido o caso do Açude Epitácio
230 Pessoa que é preocupante, foi colocado por um membro do CBH-PB que a cagepa está discursando
231 que vamos ter água até o ano de 2017, e pelos seus cálculos em junho acaba a água, claro que a
232 cagepa está pedindo a Deus que mande a aquela água de recarga de janeiro a março, mas se não
233 tiver chuva não vamos ter água até junho, pedindo para que Deus mande água mesmo, porque nossa
234 situação é difícil. O plenário solicitou que o comitê convide a Agência Nacional de Águas – ANA
235 para uma reunião, para dar todos os esclarecimentos ao comitê, porque é preocupante e para eles
236 virem aqui para debater, o Açude Epitácio Pessoa está baixando e vai começar a formar ilhas e não
237 vai ter mais o volume uniforme e não vamos ter ideia do volume existente, a reunião ficou prevista
238 para o mês de março, ainda sugeriu que fosse realizada uma batimetria, para termos o volume exato.
239 Foi explicado que a batimetria foi realizada em 2014 e poderíamos confiar, a partir dessa batimetria
240 a ANA apresentou a este comitê as curvas de como as massas de água estariam no volume e que não
241 se formam piscinasm, a ANA e a AESA já sobrevoaram a área e não tem mais irrigação. Quem
242 disse que a água vai chegar até 2017 é a ANA. A ANA apresentou aqui neste comitê, mostrando que
243 quando começasse a captação com bombas flutuantes o açude Epitácio Pessoa chegava até janeiro
244 de 2017, o DNOCS monitora e passa para AESA. A ANA tem uma resolução inclusive, junto com a

245 AESA que determinou que só podia sair a partir de 1º de novembro 650 litros/s, porque saindo 650
246 litros/s, a única coisa que sai do Epitácio Pessoa são 650 litros/s, 580litros/s para Campina Grande e
247 70 para a adutora do Cariri, saindo só isso com a evaporação que a ANA também calcula, chegará
248 em fevereiro de 2017. Agora o que é que a ANA vai fazer, ela faz esses cálculos todo mês, a partir
249 dos dados do DNOCS, calcula novamente e põem os dados na curva, calcula e vai acompanhando,
250 se ela perceber que a curva está baixando, ela vai chamar as pessoas para discutir, explicou como se
251 calcula. Foi questionado se a AESA , DNOCS, ou a cagepa estão sabendo, que na cidade de Sumé
252 na adutora do Congo para o açude de Sumé disseram que iam tirar todos os carros pipas de Sumé e
253 iriam colocar todos para Camalau, se estão sabendo alguma coisa a respeito disso, pois não
254 aconteceu, colocaram uma adutora para o açude Sumé para adutora do Congo, mas os carros pipas
255 continuaram do mesmo jeito em Sumé e o povo também fazendo muitas perguntas, revoltados com
256 essa situação, questionando porque os carros pipas não foram para o açude de Camalau se tem mais
257 água que o de Sumé. Foi informado que a metade dos carros pipas foram para o açude Araçagi.
258 Todos os carros pipas do exército estão outorgados, fazendo a conta aqui 100 carros são muitos
259 carros fica até antioperacional você ter essa quantidade de carros tirando água do mesmo ponto.
260 Podemos convocar a ANA para ver a questão dos carros pipas, defesa civil e o batalhão,
261 principalmente. O açude de Sumé que é federal, Camalaú é estadual, CAGEPA, Exército, esses o
262 comitê ficou de fazer ofício para eles responderem por ofício. Foi informado que nos dia 18 e 19 do
263 mês passado houve em Recife o Encontro Nacional de Gestão de Águas em Rios Intermitentes, na
264 universidade Rural de Pernambuco, a história de Pernambuco é muito parecida com a nossa, no
265 encontro constatamos duas coisas importantes primeiro 25% da reserva hídrica do nordeste estão
266 nos aluviões, dois na região de Itabaiana, chove 500 ml por ano e a evaporação é em torno de
267 2500ml, a região do semiárido chove para cima todo mundo sabe disso. Conclusão que se ficou, que
268 temos que ter muito, muito cuidado com as águas do aluvião, com a caixa da água que temos nos
269 rios e riachos do Nordeste. Temos aqui na Paraíba que é o caso do nosso rio Paraíba, temos que ter
270 muito zelo com nossas reservas. Essa era a mensagem, o pessoal do Pernambuco estão estudando
271 com muito afinco esse zelo com a água, que é muito pouco e em consequência disso, o pessoal se
272 reuniu dia 1º de dezembro, em Brasília, sobre o observatório das águas, que formam seus núcleos
273 nos estados, importantíssima essa discussão. Os Estados, colegiados agora se encarregam de
274 observar essas águas e trazer subsídios para os comitês de bacias. Sobre a questão do
275 desassoreamento e limpeza do açude Boqueirão ele é crítico do ponto de vista de água, mas é
276 oportuno do ponto de vista de limpeza e precisamos ir atrás em busca de projetos com possibilidade
277 de captação de recurso e outra questão que já foi pontuada aqui não sei também se tem projetos, que
278 é a história de lançar esgostos no leito do rio, esse é outro ponto de pauta que o comitê precisa se
279 apropriar para poder construir projetos para um dia termos o sonho bonito que a gente possa lançar
280 penas água limpa nos rios. São dois pontos que precisamos colocar em pauta para nossa agenda de
281 2016. Com relação a esse projeto do desassoreamento é uma emenda do Sr. Veneziano, mas é
282 daquelas emendas, que jogam lá no canto, quem tiver interesse pode ir atrás. A partir dela o governo
283 pode captar recurso. E é interesse do comitê. Quanto a questão do esgoto, o Ministério de Integração
284 vai jogar água até o açude porções em Monteiro e o estado ficou encarregado de fazer a estação de
285 tratamento para os quinze municípios as margens do rio Paraíba. Foi colocado que tem que ter
286 mobilização também, explicou que no caso do defeso pescador a categoria lutou demais. Então no
287 caso desse é para se mobilizar também, porque é no Senado que resolve essas coisas. Sobre a
288 questão da limpeza do açude tem que ver com o Ministério da Integração e o Ministério de Meio
289 Ambiente e a ANA. Nesse encontro com a ANA, ver a questão da medida do açude, tentar falar com
290 o Ministério da Integração e o Ministério do Meio Ambiente. O desassoreamento das duas
291 cabeceiras, tanto a do rio Taperoá, como do rio Paraíba estão muito assoreada, tem banco de areias
292 enormes. Foi colocado o exemplo da bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu que fizeram a limpeza do
293 rio, para a água passar, com apoio das prefeituras, que disponibilizaram as máquinas que o governo

294 doou pelo PAC para as prefeituras, então juntar fazer uma mobilização o comitê pode trabalhar
295 alguma coisa em relação a isso, o comitê tem que formar um grupo para propor, podemos pegar a
296 experiência do CBH-PPA, vê como eles estão fazendo lá e propor alguma coisa, ver com os
297 municípios e alguns voluntários, alguma coisa assim para ver se faz essa limpeza, as prefeituras
298 doaram máquinas, com operadores, com combustível e o comitê através do centro de apoio está
299 coordenando e todo mundo disponibilizou pessoal para ajudar, desse jeito, foi questionado que até
300 quando vão aguentar, porque as situações das prefeituras da Paraíba nesse momento não estão muito
301 boas. No caso do CBH-PPA era para dessobstruir e a água passar, aqui não tem água é só tirar a
302 areia e colocar em outro ponto. Podemos pensar em uma metodologia, temos que reunir Ministério
303 Público, SUDEMA tem que reunir todo mundo para descaracterizar a história da areia. Na limpeza e
304 só a retirada de material já o desassoreamento eu tenho uma experiência no Rio Grande do Norte o
305 pessoal está desassoreando com a ajuda das prefeituras e as cerâmicas que estão indo nos açudes
306 secos pegar argila não em barragens grandes, mas em açudes , porque fazer o desassoreamento com
307 máquina e caminhão é caríssimo da para construir outro açude. Então, falamos tem que desassorear,
308 mas prefeituras, hoje deveriam está desassoreando barreiro, pequenos açudes que já estão secos, mas
309 falar de um desassoreamento do açude Epitácio Pessoa tem toda uma logística do valor custo-
310 benefício, ficaria melhor construir outra barragem. Poderíamos começar pelo entorno, preservando,
311 reflorestar a vegetação do entorno do açude. A diretoria do comitê vai buscar fazer contatos, levando
312 em conta essa questão. Verificar junto ao DNPM e a SUDEMA sobre a questão da exploração de
313 mineral. A mineração e rejeito que é jogado no rio Paraíba é bem elevado, principalmente nos
314 municípios de Tenório e Salgadinho, ainda tem a poluição dos minérios, semelhante a realidade de
315 Itabaiana, quantos danos tem no rio Paraíba da nascente a foz, vamos procurar ajuda també no
316 Ministério Público Federal e Estadual. Estamos lutando para que seja feita uma lei com critérios de
317 retirada de areia com o COPAN. O comitê está evoluindo, já pautamos coisas importantíssimas para
318 discutir em 2016. O papel do conselho é esse, denunciar e já estamos consumindo a água do volume
319 morto do Açude Epitácio Pessoa. Então que a construção civil também tratar a água do açude
320 bodocongo e do açude José Rodrigues, é mais fácil tratar, que a matéria orgânica é mais fácil. Para a
321 gente não apontar para favorecer a construção civil, o comitê deve denunciar. Precisamos se
322 articular para resolver essas questões para que a água não se torne um comércio. O fórum dos
323 comitês estaduais, todos sabem da existência do fórum, já houve 4 reuniões, inclusive ontem foi
324 pautado que esse observatório das águas é da governança, aqui é governança da água, o fórum vai
325 está trabalhando o núcleo paraibano, o fórum tem competência para isso, vamos fazer em conjunto
326 com a AESA, DNOCS o relatório da situação do Estado, em relação a questão dos recursos hídricos.
327 Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião. Eu, Elma Maria de Araújo Pimentel, Secretária
328 Geral desta Plenária, lavrei a presente ATA que será assinada por mim e acompanhada da lista com
329 as assinaturas dos presentes.
330



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB
 Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E., 05.09.2006.

ASSUNTO: 2ª Reunião Ordinária do CBH-PB
 DATA: 15/12/2015
 LOCAL: Auditório do CENTRAC

Município: Campina Grande-PB

LISTA DE PRESENÇA

Poder Público Municipal						
Nº	Titular/Suplente	Municípios	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	Titular	Prefeitura Municipal de Assunção	Josefa Leal de Melo			Assunção
	Suplente	Prefeitura Municipal de São Jose dos Cordeiros	Joseilton Andrade João de Andrade			São Jose dos Cordeiros
2	Titular	Prefeitura Municipal de Barra de São Miguel	Manoel Gomes da Silva			Barra de S. Miguel
	Suplente	Prefeitura Municipal de Prata	Josenildo Rodrigues de Sousa			Prata
3	Titular	Prefeitura Municipal de Boqueirão	Kristeny Leite Chaves		kristeny@bol.com.br	Boqueirão
	Suplente	Prefeitura Municipal de Barra de Santana	Gierlaine Silva Pereira			Barra de Santana
4	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Walber Farias Marques			Cabedelo
	Suplente	Prefeitura Municipal do Riachão do Bacamarte	Francinir Nunes Machado			Riachão do Bacamarte

331

5	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Cláudio Brandão Costa		caacosta@lexmix.com	Campina Grande
	Suplente	Prefeitura Municipal de Gado Bravo	Fábio José da Silva			Gado Bravo
6	Titular	Prefeitura Municipal de Caraúbas	Alfredo Júnior Santos			Caraúbas
	Suplente	Prefeitura Municipal de Coxixola	Luciano da Silva Santos			Coxixola
7	Titular	Prefeitura Municipal de Juarez Távora	Cornélio Freire da Silva			Juarez Távora
	Suplente	Prefeitura Municipal de São José dos Ramos	Vital Leopoldino de Oliveira Neto			São José dos Ramos
8	Titular	Prefeitura Municipal de Lagoa Seca	Gloria Maria Sônia de Araújo Silva			Lagoa Seca
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sobrado	José Alves de Sousa			Sobrado
9	Titular	Prefeitura Municipal de Santa Cecília	Josefa Adilza Lima da Silva			Santa Cecília
	Suplente	Prefeitura Municipal de Umbuzeiro	Clodoval Bento de Albuquerque			Umbuzeiro
10	Titular	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	José Domingos Bezerra Queiroz			São João do Tigre
	Suplente	Prefeitura Municipal de Monteiro	Martinho Aparecido Souza Almeida			Monteiro
11	Titular	Prefeitura Municipal de Seridó	Wesley Leandro Gonçalves de Sousa			Seridó
	Suplente	Prefeitura Municipal de Taperoá	Francisco Ronaldo Bezerra Victor			Taperoá
12	Titular	Prefeitura Municipal de Tenório	José Moura da Fonseca			Tenório

332

	Suplente	Prefeitura Municipal de Junco do Seridó	Kleber Fernandes de Medeiros		kleber@seridó.pb.gov.br EMAIL.COM/183199630-9423	Junco do Seridó
Poder Público Federal						
Nº	Titular/ suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	AESA-Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado	Fábio Cidrin Gama		es9	João Pessoa
	Suplente	AESA-Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado	Porfirio Catão Cartaxo Loureiro			João Pessoa
2	Titular	Defesa Civil	George Sabóia Marinho			João Pessoa
	Suplente	Defesa Civil	Antônio Cavalcanti de Brito			João Pessoa
3	Titular	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER	Aristarco Dias de Araújo Filho		aristarco@emater.pb.gov.br 44100.com.br/993144255	João Pessoa
4	Titular	Superintendência de Administração e Meio Ambiente - SUDEMA	João Carlos		joão.carlos@sudefma.pb.gov.br	João Pessoa
Poder Público Federal						
Nº	Titular/ suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	Elma Maria de Araújo Pimentel			João Pessoa
	Suplente	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Fabiano Gumier Costa			João Pessoa
2	Titular	Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS	Maria de Lourdes Barbosa de Sousa		lourdes.barbosa@dnoocs.gov.br	João Pessoa

333
334

Usuários de Água						
Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	AGROVAL – Agroindustrial Vale do Paraíba Ltda	Ulysmar Curvelo Cavacanti		ulysmar@agroval.pb.gov.br 993825801	Santa Rita
2	Titular	Alba Regina Mendonça Pereira	Roberto Luciano de Brito Alves Pereira			São João do Cariri
3	Titular	Aqualuna – Aqualuna Aquacultura Ltda – ME	Geraldo Cicero Barbosa Júnior			Lucena
4	Titular	Aquamaris Aquacultura S/A	Fernando Serpa de Menezes			João Pessoa
5	Titular	Campilar Aquacultura Ltda – EPP	Wagner Villar Saraiva			Pilar
6	Titular	Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-8 Anastácio Maia	Maura Araújo de Andrade		edonias@pb.gov.br@hotmail.com	Boquirão
7	Titular	Colônia de Pescadores Z-6 Arnaldo Luz	José Nascimento dos santos		9822-3662	Bayeux
8	Titular	Companhia de Água e esgotos da Paraíba- CAGEPA	Maria Suzanete Cavalcante de Oliveira		98602-4364	João Pessoa
9	Titular	Cia Usina São João	Ivonaldo Batista da Silva			Santa Rita
10	Titular	Gilvan Celso Cavalcanti de Morais	Josias Dias dos santos			Santa Rita
11	Titular	Indústria Alimentícia do Vale Ltda	Agenor Luiz Dias Torres			Lucena
12	Titular	Japungú Agroindustrial S/A	Alexandre Maciel Guerra		alexandre@japungu.com.br 99136.6792	Santa Rita
13	Titular	João Bezerra Neto	O mesmo			Congo

335

14	Titular	José Ivanildo Cavalcanti de M. Filho	Carlos Henrique de A. Farias			Santa Rita
15	Titular	José Waldomiro Ribeiro Coutinho Filho	O mesmo			Santa Rita
16	Titular	Manoel Aleixo da Silva	O mesmo			Congo
17	Titular	Osmar de Lira Carneiro	O mesmo			Prata
18	Titular	Refresco Guararapes	Robinson Noranha			João Pessoa
19	Titular	Samuel Hermínio do Nascimento	O mesmo			Campina Grande
Sociedade Civil						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	APAN – associação Paraibana dos amigos da Natureza	João Batista da Silva		jbs177a@gmail.com.br	João Pessoa
2	Titular	Associação de Liderança e Organizações, Agricultores e Agricultoras familiar do Cariri Paraibano	Cláudia Catarina Silva Cordeiro			Boqueirão
3	Titular	Associação dos Irrigantes do açude Epitácio Pessoa	Cláudia Fernanda Costa Estevam Marinho		ATAESPBOQUEIRÃO @ GMAIL.COM.BR	Boqueirão
4	Titular	Associação Olimpio Bezerra dos santos das Comunidades Moco de Baixo, Cupiras, Cacimbinha				Monteiro
	Suplente	Assoc. dos Moradores e usuários de Águas da bacia do açude Sume – AMUABAS	Vital Rodrigues Filho			Sumé

336

5	Titular	Associação Centro Rural de Formação	Keyth Oliveira do Rosário			Cruz do Espírito Santo
6	Titular	Associação Comunitária das Comunidades do sítio Cajueiro e Adjacências	José Leodora Pereira			Pocinhos
7	Titular	Associação Comunitária José de Deus Barbosa dos Pescadores e Aquicultores de Ouro Velho	José Genival de França			Ouro Velho
	Suplente	Associação do Projeto Tilápia do Açude Cordeiro	Benedito Carlos Deodato da Silva			Congo
8	Titular	Centro de Ação Cultural – Centrac	Antônio Carlos de V. Albuquerque		TORRENTOS CENTRAC @ GMAIL.COM	Campina Grande
9	Titular	Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé	José Ivanildo Aleixo de Souza		JOSEIVANILDOALEIXO@GMAIL.COM	Sumé
	Suplente	Centro Vida Nordeste	João Pedro Salvador de Lima			Prta
10	Titular	Conselho Regional de Engenharia da Paraíba – CREA-PB	João Paulo Neto		jpapamneto@gmail.com.br	João Pessoa
11	Titular	Instituto Federal da Paraíba – IFPB	Keliana Dantas Santos			João Pessoa
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores aposentados Rurais de Araçagi	Antônio Cesário Domingos Irmão		981848739	Araçagi
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Riachão do Bacamarte	Eraldo Ferreira dos santos			Riachão do Bacamarte
13	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Espírito santo	Maria do Socorro Gouveia		987307416 3254.1384	Cruz do Espírito Santo
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de caldas Brandão	Marcelo Pereira da Aguiar			Caldas Brandão

337

14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cubati	Maria Audenora Luna Fernandes		audenora.luna@hotmail.com.br (988273717 ext.)	Cubati
15	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Cecília	José Valter de Lira			Santa Cecília
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Domingos do Cariri	Antônio Pereira Diniz			São Domingos do Cariri
16	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Tânia Cristina Barro Silva			São Sebastião do Umbuzeiro
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São João do Tigre	Sebastião de Brito Bezerra			São João do Tigre
17	Titular	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Soledade	Adeilson Antônio de Moraes		ademoraes@soledade.com.br	Soledade
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande	Ricardo Nóbrega Pedrosa			Campina Grande

Outros participantes:

1. Aleione Valéria Santo da Silva - 98885-0796 (aleionedublin@hotmail.com)
2. Yáscara Maria Araújo de Brito - 996470420 (yascaramaiara@gmail.com)
3. Maria Glediana de F. Magno Ribeiro - 987205532 (duckadeputas@gmail.com.br)
4. Thamara Perosa Gesto da Costa (Thamara.perosa2@hotmail.com)
5. Kardine de Sousa Oliveira (Kardine.oliveira26@hotmail.com)
6. Me (Betânia Silva dos Santos) - AESA/GELOB.
7. Jaime Luis de Sales - Fórum do Rio Paraíba
8. _____